



Mídia e Esfera Pública: Novas Perspectivas na Globalização¹

Denise Cortez da Silva Accioly²
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Resumo

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel desempenhado pela mídia na esfera pública, dentro do contexto atual da globalização. Destaca-se a relevância do tema devido à exigência de se revelar o espaço que a mídia deve ocupar na educação, nessa nova esfera pública global. Fundamenta-se nas idéias de Jürgen Habermas, sobre o conceito de esfera pública, que enfatiza a relevância de se repensar sobre a mídia, considerando os efeitos socioculturais que ela exerce. Em “O espaço público 30 anos depois” o autor afirma que o espaço público tornou-se um lugar de luta por temas, não somente para a influência, como também para um controle de fluxos de comunicação eficazes. Utilizamos ainda como referência algumas teorias relevantes sobre a globalização, a partir de autores como Edgar Morin, Peter McLaren, Michael Apple, Dênis de Moraes entre outros.

Palavras-chave: Mídia; Esfera Pública; Globalização; Educação.

Introdução

A mídia ocupa hoje um espaço fundamental nessa nova esfera pública global, portanto o tema deve ser pensando também pela educação. A nova ordem mundial exige da educação um envolvimento maior sobre as relações do sujeito com os meios de comunicação. A educação para os meios, nesse novo espaço, caracterizada pela globalização, continua marcada por incertezas. Questiona-se ainda qual o lugar e a importância que a mídia deve ocupar na educação. Diante dessa problemática, destacamos a importância de estudos que contribuam para diminuir as fronteiras entre a educação e a mídia. Procuramos refletir sobre o papel desempenhado por ela na esfera pública, dentro do contexto atual da globalização.

¹ Trabalho apresentado ao GP Comunicação e Educação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: deniseaccioly@uol.com.br.



Conforme Moraes (2010) a mídia opera tanto por adesão ideológica à globalização, quanto por deter a capacidade única de interconectar o planeta, através de malhas de satélites, cabos de fibra óptica e redes infoeletrônicas. Para esse autor, não deve existir outra esfera da vida cotidiana habilitada a interligar, em tempo real e on-line, povos, países, sociedades, culturas e economias. A característica integradora é algo peculiar e intrínseco aos complexos de difusão. Ainda, segundo Moraes (2010), eles concatenam, simbolicamente, as partes das totalidades, procurando unificá-las em torno de determinadas significações. De acordo com Habermas (2003) o atual processo de globalização deve-se, de certa maneira, à mudança estrutural da esfera pública que, a partir de certo momento, principalmente com a formação dos Estados Nacionais, tornou-se progressivamente burguesa.

Em seus primeiros escritos, Habermas (2003a), ao definir o papel desempenhado pela mídia na esfera pública, apresentava uma visão extremamente pessimista acerca da influência que ela exercia sobre o uso que os indivíduos faziam, em público, de suas capacidades críticas e de sua razão. De acordo com Marques (2008) o texto “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, publicada em 1962, estava marcado pela influência de Adorno e Horkheimer, sobretudo no que diz respeito à reflexão desses autores sobre a Indústria Cultural e seus efeitos anti-emancipatórios.

No entanto, em suas obras posteriores, Habermas (1989; 1999) revê seu posicionamento a respeito da atuação dos *media* na esfera pública, apontando-os como um espaço limítrofe e poroso entre os diferentes contextos que compõem o centro (reduto da elite política) e a periferia (movimentos sociais, associações cívicas, cidadãos comuns, etc.) do sistema político. Habermas (1999) em seu processo de releitura do espaço público passou a considerar a relevância de estudos sobre a mídia, assim como a sociologia da comunicação, no que se refere aos efeitos socioculturais da televisão, como forma de se compreender as mutações do espaço público.

Segundo Wolton (1995), o espaço público é um espaço simbólico onde se opõem e são respondidos os discursos, em sua maioria contraditórios, realizados por diferentes atores políticos, sociais, religiosos e outros. É um espaço que precisa de tempo para formar um vocabulário e valores comuns que tenham legitimidade para deliberação na sociedade. Por isso, a importância adquirida pelo espaço mediático faz com que os atores se reportem aos *mass media* para legitimar seus discursos.



Habermas (1999) reforça essa idéia em “O espaço público 30 anos depois” dizendo que o espaço público tornou-se um espaço de luta por temas, não somente para a influência, como também para um controle de fluxos de comunicação eficazes.

Podemos tomar como exemplo o uso da televisão, considerada por muitos estudiosos uma das mídias mais influentes. Segundo Rincón (2002) hoje os estudos sobre a televisão se dirigem à relação entre os textos televisivos e os contextos culturais onde são realizados; a TV se torna o eixo da reflexão social e o meio de maior incidência sobre as agendas públicas, sobre as formas da política, sobre os estilos de produzir saber e sobre as maneiras de compreender o mundo (Bourdieu, 1997; Sartori, 2001). A Televisão tornou-se o centro cultural de nossas sociedades - culturas populares de massa, nas quais as razões se diluem em emoções e a vida é um entretenimento.

A TV, de acordo com Martín-Barbero (2001, p. 41) se constituiu em ator decisivo das mudanças políticas, “em protagonista das novas maneiras de fazer política, ao mesmo tempo em que é nela que o permanente simulacro das sondagens suplanta a participação cidadã e onde o espetáculo trapaceia até dissolver o debate político”. No entanto, para Orozco-Gómez (1996; 2001) a televisão não é um meio todo poderoso como se acreditou durante muito tempo, mas também não é um meio neutro e sem importância. Não é neutro porque a tevê não é apenas um meio, mas é também uma instituição e como tal está necessariamente presente de maneira específica nas distintas sociedades. Na verdade, a tevê representa um papel que embora não seja determinante é importante. Não é por acaso que ela atualmente, na maioria dos países, esteja nas mãos do grande capital e exista assim graças às alianças com o poder político, conformando o bloco do poder.

Sendo assim, para Orozco-Gómez (2001, p. 83-84) “a televisão, não é uma máquina que tenha se desenvolvido de maneira vertical e cumulativa, mas um processo tecnológico híbrido dependente de fatores mercantis, científicos, militares e políticos”. Porém o fator decisivo do desenvolvimento da televisão tem sido a convergência tecnológica. Todavia, no desenvolvimento das televisões o que menos se tem considerado é sua relevância social.



Breve Reflexão sobre a Globalização

O planeta terra é hoje uma pequena ilha onde os problemas de alguns se tornaram problemas de todos. O mundo atual exige cada vez mais um pensamento globalizado, não podemos mais pensar em termos individuais ou pessoais, somos todos partícipes de decisões que envolvem problemas transnacionais onde estamos a todo o momento nos comunicando com o universo por meio de telefones, pela Internet, pela televisão, ou mesmo viajando, tornando assim as distâncias cada vez menores.

Morin (MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p. 11) faz uma distinção entre a era planetária e a globalização: a era planetária tem início entre o final do século XV e o início do século XVI com a descoberta da América por Colombo, a circunavegação ao redor do mundo e a descoberta de Copérnico, segundo a qual a terra é um planeta que gira em torno do sol. Já a globalização inicia-se em 1990 com o estabelecimento de um mercado mundial e uma rede de comunicações que se espalhou intensa e rapidamente por todo o globo terrestre. Touraine (2002, p. 392) afirma: “Nós não pertencemos mais a uma sociedade, a uma classe social ou a uma nação, na medida em que nossa vida é, por um lado, determinada pela marcha mundial, e, por outro lado, encerrada em um universo de vida pessoal, de relações interpessoais e de tradições culturais.” Para Blackmore (2004, p.91):

A globalização é normalmente descrita como maiores interdependências econômicas, culturais, ambientais e sociais, e novas formações financeiras e políticas transnacionais, que surgem da mobilidade de capital, mão de obra e informações, com tendências homogeneizadoras e diferenciadoras.

Desenvolvida no contexto do neoliberalismo, a globalização em si, não é um fenômeno unificado e total. Ainda que ela possa refletir uma tendência mundial não atinge todos os povos na mesma proporção. “Vista como uma rede mundial de mercados financeiros, ela influencia três ou quatro ‘centros mundiais’: os Estados Unidos, a Europa, o Japão e o sudeste asiático.” (CAPELLA, 2004, p. 154).

Desde os anos de 1980 na maioria dos estados capitalistas liberais do Ocidente, tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento como



o Brasil, o conceito de globalização tem sido utilizado para definir políticas sociais voltadas para o mercado. A tendência é converter cada vez mais os sujeitos em consumidores e não em cidadãos. “Em vez de democracia ser um conceito *político*, é transformado em um conceito inteiramente *econômico*” (APPLE, 2003, p.46, grifos do autor). O fenômeno da globalização originou-se principalmente no ocidente. De acordo com Luke e Luke (2004, p. 189):

Existe um senso de que a globalização é isomórfica com uma forma de imperialismo econômico e cultural de alta tecnologia e multimídia que, em uma época anterior, pode ter sido chamado de ‘ocidentalização’ – leia americanização – ou uma mutação pós-moderna do colonialismo.

Para Peters, Marshall e Fitzsimons (2004, p.77) “a reestruturação de sistemas educacionais estatais em muitos países ocidentais, durante as décadas de 1980 e 1990 envolveu um afastamento significativo da ênfase em administração e políticas, para uma ênfase em gestão”. Esse novo modo de administrar a coisa pública (gerenciamento) baseia-se de um lado no modelo de administração empresarial e de outro na análise do custo de transações. O fenômeno deve ser considerado no contexto da ascensão do neoliberalismo que caracteriza a globalização.

O novo liberalismo instala-se por volta dos anos de 1970 e diferencia-se basicamente do liberalismo clássico. A diferença fundamental entre o liberalismo clássico e o novo liberalismo consiste no fato de que este último atribui uma importância exagerada ao mercado ao ponto de considerá-lo o motor do progresso humano. O liberalismo econômico defende que o livre comércio e as leis do mercado devem ser resguardados para que a “mão invisível” possa governar em interesse de todos. O neoliberalismo vai mais além, ele acha que as leis dos países devem subordinar-se ao mercado e o poder político não deve interferir no mercado. Rejeita qualquer política intervencionista e social que regule minimamente as transações internacionais.

O keynesianismo defendido pelo economista John Maynard Keynes defendia a intervenção do estado para resolver a questão do desemprego causado por problemas decorrentes do fim da Primeira Guerra Mundial. Enquanto o liberalismo caracterizou-se como uma ideologia socioeconômica aberta às mudanças, o



neoliberalismo fundamenta-se numa crença cega em dogmas que forçosamente levará a sociedade ao bom caminho. A felicidade para todos e a promessa de dias abundantes tornou-se algo intangível e muito difícil de ser concretizada. McLaren, (2002, p. 32) escreve:

Em meados dos anos de 1990, tornou-se muito claro que as regras econômicas neoliberais não têm apenas falhado em sua promessa de crescimento econômico e estabilidade das nações industriais do Ocidente e nos países em desenvolvimento do Terceiro Mundo, mas elas têm causado também a intensificação da polarização de classe e a globalização da pobreza.

Dois nomes estão ligados à construção do neoliberalismo: Friedrich Hayek e Milton Friedman que dão à ideologia liberal novos ingredientes de luta contra a intervenção do estado no mercado. Na verdade, suas propostas são lançadas por volta dos anos de 1940, mas só após os anos de 1970 começam a alcançar expressão a partir de uma longa e profunda recessão, seguidas de baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação. A saída mais urgente era diminuir o poder dos sindicatos e do movimento operário em geral e pressionar o Estado para diminuir cada vez mais os gastos sociais. A nova doutrina alcançará plenitude no decurso dos anos de 1980 nos Estados Unidos com a chegada de Ronald Reagan ao poder e no Reino Unido com a vitória de Margaret Thatcher, a chamada Dama de Ferro. Durante os anos de 1990 o neoliberalismo atinge sua máxima expansão abrangendo a maior parte do globo.

O neoliberalismo nasceu após a II Guerra Mundial e foi uma reação ao estado intervencionista e de bem-estar. O livro escrito em 1944 por Friedrich Von Hayek intitulado “O caminho da Servidão” é considerado o texto de origem do novo liberalismo. Ele faz um ataque veemente contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do estado, considerados uma ameaça à liberdade econômica e política. O neoliberalismo se apresentava como uma verdadeira alternativa de poder no interior das principais potências do mundo capitalista. Mas não se deteve nas grandes potências detentoras do capital, logo atingiu os países em desenvolvimento, e o Brasil não ficou imune à nova ideologia. A fórmula keynesiana cristalizada no estado do bem-estar social chegara ao fim. O estado estava condenado a ficar distante do mundo dos negócios, novas políticas públicas são implantadas, sempre inspiradas na visão neoliberal.



O neoliberalismo se apresentava como uma verdadeira alternativa de poder no interior das principais potências do mundo capitalista. Mas não se deteve nas grandes potências detentoras do capital e logo atingiu os países em desenvolvimento. Novas políticas públicas são implantadas sempre inspiradas na visão neoliberal.

Pouco a pouco, os problemas de saúde, educação, segurança e vários outros serviços liderados pelo estado vão passando para o domínio de grupos empresariais. Nos países em desenvolvimento, como o Brasil essa passagem se dá de modo mais lento, de tal forma que o estado ainda oferece vários serviços nas áreas da saúde, da educação, da segurança, da habitação, porém todos estes funcionam de modo muito precário. Daí porque as greves na saúde, na educação e na segurança são freqüentes em vários estados do Brasil.

Luke e Luke (2004, p.181) ao discutirem o impacto da globalização sobre as mudanças sociais, culturais e educacionais no Sudeste Asiático e particularmente na Tailândia sustentam que:

Somente por análises situadas, locais e autocríticas, podemos começar a ver a dinâmica bidimensional e mutuamente constitutiva dos fluxos local-globais de conhecimento, poder e capital, dos 'efeitos' sistemáticos, assim como dos não sistemáticos e desiguais, e de histórias locais que sempre incrustam 'o novo' nas condições produtivas econômico materiais e culturais existentes.

Endossamos a visão dos autores segundo a qual a globalização não é um elemento determinante das políticas sociais locais. Embora admitamos que o impacto da globalização seja bastante forte nas sociedades em geral, defendemos que há questões locais que amenizam tal impacto principalmente nos países em desenvolvimento, como o Brasil, que oferece certa resistência com relação à globalização. Por outro lado, os países capitalistas altamente desenvolvidos, apresentam uma tendência à uniformidade com relação às políticas sociais e neste caso a globalização apresenta-se como uma saída honrosa para o avanço do capitalismo. A resistência oferecida à política de globalização é evidenciada por meio de vários movimentos sociais com caráter internacional.



Esfera Pública e Mídia

Para Avritzer e Costa (2006) o uso mais importante e generalizado do conceito de espaço público na América Latina ocorre nas pesquisas sobre os meios de comunicação de massa. Predomina aqui a visão herdada da sociologia da sociedade de massas e da recepção tardia do conceito de indústria cultural, conforme foi elaborado pela primeira geração da Escola de Frankfurt. Assim, se esboça a imagem de um público atomizado e disperso que, de produtores críticos da cultura, se transformaram, no âmbito do processo mesmo de constituição da sociedade de massas, em consumidores passivos dos conteúdos dos mesmos.

Segundo Gomes (2006, p. 53) a novidade na tese de Habermas não era a idéia de esfera pública, mas a idéia de que ela estava mudando estruturalmente nos últimos tempos, principalmente em função da comunicação e da cultura de massa. Gomes (2006, p. 53) enfatiza que:

Immanuel Kant, Hannah Arendt e Jürgen Habermas (apud BENHABIB, 1992) colocam-se numa linhagem de pensamento político dedicado à conversão em linguagem normativa de um domínio da vida social no qual, no seu modo de dizer, pessoas privadas reúnem-se em público para discutir sobre as leis gerais que governam a vida civil, num debate orientado por regras que obrigam todos a procedimentos de racionalidade argumentativa, de suspensão das diferenças pré-argumentativas, de abertura e inclusão, além, naturalmente, de submeter todos ao princípio do melhor argumento como base de legitimação da decisão.

Conforme Habermas (2003a) o conceito de esfera pública é definido como um espaço social em que interesses, vontades e pretensões que comportam conseqüências concernentes a uma coletividade apresentam-se para serem discutidos em público e argumentados de forma aberta e racional. E esses interesses, vontades e pretensões dos cidadãos só podem ser levados em consideração quando ganham expressão em proposições ou discursos, ou seja, por meio da palavra e da comunicação.

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regularmente pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca da esfera fundamentalmente privada, mas publicamente

relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social (HABERMAS, 2003a, p. 42).

Assim sendo, para Habermas (2003a, p. 92) a esfera pública pode ser descrita, ainda, como “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões *públicas* enfeixadas em temas específicos” (...). “A esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com *compreensibilidade geral* da prática comunicativa cotidiana” (grifos do autor).

Gomes (2006) considera o termo esfera pública apropriado para traduzir a velha *Öffentlichkeit* iluminista e burguesa, no entanto, deve ser entendida como a esfera ou âmbito ou domínio daquilo que é público. Todavia, segundo Gomes (2006), a ela se acrescenta uma dimensão substantiva que desloca, numa direção precisa – e nem sempre adequada, o sentido do termo.

Mais adequado seria usar o termo esfera pública do que espaço público, que é a expressão concorrente entre nós e a preferida dos franceses, que é ainda mais substantiva, mas a esfera pública desliza da clássica (e, hoje em dia ambígua) “publicidade” na direção de uma materialidade determinada. Assim, a *Öffentlichkeit* é a propriedade comum àquilo que é disponível, acessível, sem reservas, é a condição das coisas e fatos naquilo que neles é aberto, visível, exposto. A esfera pública, entretanto, antes que o domínio a que é pertinente tudo aquilo que é público, acaba sendo entendida como a arena pública, o *locus* onde se processa a conversa aberta sobre os temas de interesse comum, o espaço público. Em outros termos, a velha *Öffentlichkeit* é a condição a que se submetem as coisas tratadas na praça e no terreiro, a propriedade de abertura, de publicidade que caracteriza tais coisas nesta circunstância, enquanto a esfera pública tende a ser compreendida como a própria praça e o próprio terreiro onde as coisas são tratadas abertamente. (GOMES, 2006, p.55)

Gomes (2006, p. 56) identifica cinco sentidos para o termo esfera pública: esfera pública como o domínio daquilo que é público, isto é, daquilo sobre a qual se pode falar sem reservas e em circunstâncias de visibilidade social, este seria o sentido mais original da expressão, segundo o autor; esfera pública como a arena pública, isto é, como o *locus* da discussão sobre temas de interesse comum conduzida pelos agentes sociais; esfera pública como espaço público, isto é, como *locus* onde temas,



idéias, informações e pessoas se apresentam ao conhecimento geral, sem que necessariamente sejam discutidas; esfera pública como domínio discursivo aberto, isto é, como conversação civil; esfera pública como interação social, como sociabilidade.

Em estudos mais recentes, Habermas (1989, 1999) faz uma releitura a respeito do desempenho dos *media* na esfera pública. Nesse processo ele passou a considerar a importância de estudos sobre a mídia, assim como a sociologia da comunicação, no que se refere aos efeitos socioculturais da televisão, como forma de se compreender as mutações do espaço público. Habermas (apud BAHIA, 2008) reconhece que o poder midiático influenciou fortemente a atualização de seus conceitos, devido à multiplicação de espaços de interação e argumentação pública.

Ela [a esfera pública] de novo se transformou com o desenvolvimento dos meios eletrônicos de massa, com a importância recente da publicidade, a assimilação crescente da informação, a centralização reforçada em todos os domínios, o declínio da vida associativa liberal, dos espaços públicos locais. [...] Disso resultou uma nova categoria de influência, o poder midiático, que, utilizado de maneira manipuladora, roubou a inocência do princípio de publicidade. O espaço público, que é, ao mesmo tempo, pré-estruturado e dominado pelos mídia de massa, tornou-se uma verdadeira arena vassalada pelo poder, no seio da qual se luta por temas, por contribuições, não somente para a influência, como também para um controle dos fluxos de comunicação eficazes. (HABERMAS, 1999, p. 16).

Segundo Habermas (apud BAHIA, 2008, p. 54), “na sua revisão, as empresas de comunicação mantêm-se como instâncias da esfera pública, só que agora ele não enxerga com tanto pessimismo os dispositivos midiáticos, mas os considera como formas generalizadas de comunicação”. Em outros termos, a mídia se situa agora na esfera pública como quase-controle e, ao mesmo tempo, como quase meios de comunicação, uma vez que eles não substituem a linguagem como mecanismo de vinculação social nem neutralizam as práticas comunicacionais ligadas ao mundo da vida, isto é, o mundo dos atores sociais no seu cotidiano. Por essa razão, Habermas entende que o potencial da mídia não elimina as possibilidades de suas mensagens serem questionadas pelos sujeitos individuais e coletivos.

Diante disso, de acordo com Castells (2003), os pesquisadores hoje encontram indícios da importância do que chamam de platéia ativa. O autor destaca a



existência de três maneiras pelas quais as platéias da mídia são consideradas ativas: por meio da interpretação individual da mídia, por meio da interpretação coletiva e por meio da ação política.

Da mesma forma, Thompson (2004) entende que para entender o impacto social do desenvolvimento das novas redes de comunicação e do fluxo de informação, é preciso pôr de lado a idéia, segundo a qual a mídia serve para transmitir informação e conteúdo simbólico a indivíduos cujas relações com os outros permanecem fundamentalmente inalteradas. Diante disso, “o uso da mídia implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo” (THOMPSON, 2004, p. 13).

De acordo com Thompson (2004, p. 19) “quando os indivíduos utilizam a mídia, entram em formas de interação que diferem dos tipos de interação face a face que caracterizam a maioria dos encontros cotidianos. Eles são capazes de agir em favor dos outros fisicamente ausentes, ou responder a outros situados em locais distantes”. Sendo assim, o uso dos *media* transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação e novas maneiras de exercer o poder, que não este mais ligado ao compartilhamento local comum, logo, esses meios, têm uma dimensão simbólica irreduzível.

Sendo assim, de acordo com Thompson (2004), a comunicação mediada é sempre um fenômeno social contextualizado, sempre implantada em contextos sociais que se estruturam de diversas maneiras e que, por sua vez, produzem impacto na comunicação que ocorre. Trata-se de uma abordagem que privilegia a comunicação como parte integral e que somente pode ser entendida em contextos mais amplos da vida social.

No entanto, para Habermas (2003b), a esfera pública é um sistema de alarme dotado de sensores não especializados, porém, sensíveis no âmbito de toda a sociedade. Na perspectiva de uma teoria da democracia, a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, “ela não pode limitar-se a percebê-los e a identificá-los, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e *eficaz*, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar” (HABERMAS, 2003b, p.91).



Quanto mais elas [as esferas públicas] se desligam de sua presença física, integrando também, por exemplo, a presença virtual de leitores situados em lugares distantes, de ouvintes ou de espectadores, o que é possível através da mídia, tanto mais clara se torna a abstração que acompanha a passagem da estrutura espacial das interações simples para a generalização da esfera pública (HABERMAS, 2003b).

Considerações Finais

Concordamos com Tavares (2009) que a globalização em todas as esferas simbólicas é um fato o qual não se pode mais deixar de aceitar no cotidiano de cada indivíduo. E ela se aplica e se revigora através da mídia em geral. No entanto, isso não exclui os diálogos entre o global e o local, a fim de que se teça simultaneamente um conhecimento sustentável, para que se possa estabelecer um diálogo permanente com os pares, em uma perspectiva habermasiana, de desvendar criticamente a realidade na qual se vive, de poder partilhar a experiência dos pares, de coadunar os interesses pessoais aos ideais de construção do espaço público, de absorver uma aprendizagem reflexiva (Habermas, 1989).

A globalização foi impulsionada pela ideologia do neoliberalismo, pelos atuais mecanismos da tecnologia e os novos meios de comunicação. Para Sacristán (2002, p.50) a globalização é “um termo que se entrelaça com outros conceitos e expressões igualmente manejados em profusão: o neoliberalismo, as novas tecnologias da comunicação e o mundo da informação”. O fenômeno é investigado por todos os pesquisadores sociais que fazem muitas especulações e profecias e mostram alguns temores com relação às conseqüências que possam resultar para a sociedade em geral e para a educação em particular. A globalização que se iniciou convertendo a economia num problema mundial onde os mercados se comunicavam e interpenetravam terminou abrangendo todos os setores da sociedade. Assim, envolveu a política, a cultura, a ciência, a tecnologia e a comunicação, e tornou-se uma força propulsora do desenvolvimento social em todo o mundo.

Não obstante, é necessário questionar em que medida a globalização afeta a mídia, quais as implicações, por exemplo, do ponto de vista das políticas comunicacionais. Para o neoliberalismo, o mundo, em essência é um vasto supermercado. A mídia, assim como a educação é vista como mais um produto, como



o pão, o carro e a televisão. A democracia é transformada em práticas de consumo e o conceito de cidadão é transformado em consumidor.

O espaço midiático pode ser visto como uma instância de competição na luta pela definição e construção da realidade social, sendo assim, o problema dos media torna-se merecedor de uma boa reflexão, principalmente em relação à educação (CORREIA, 2010).

Referências

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. In MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (Orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 63-90.

APPLE, Michael W. **Educando à Direta**: mercados, padrões Deus e desigualdade. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

BAHIA, Lílian Mourão. **Rádios comunitárias**: mobilização social e cidadania na reconfiguração da esfera pública. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BLACKMORE, Jill. Globalização: um conceito útil para feministas no processo de repensar teorias e estratégias de educação? In BURBULES, Nicholas C.; TORRES, Carlos Alberto (Orgs.). **Globalização e educação**: perspectivas críticas. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004, p. 91-105.

BURBULES, Nicholas C.; TORRES, Carlos Alberto (Orgs.). **Globalização e educação**: perspectivas críticas. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CAPELLA, Juan-Ramón. Globalização, o Desvanecimento da Cidadania. In BURBULES, Nicholas C.; TORRES, Carlos Alberto (Orgs.). **Globalização e educação**: perspectivas críticas. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004, p. 153- 167.

CORREIA, João Carlos. **Novos desafios ético-políticos do espaço público mediatizado**. Disponível em <<http://www.apfilosofia.org/documen>. > Acessado em 17 de abril de 2010.

GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (Orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.49-61.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa I** - Racionalidad de la acción y racionalización social. Madri, Espana: Taurus, 1989.

_____. **O Espaço Público 30 anos depois**. Caderno de Filosofia e Ciências. Humanas. Ano III – n.º 12 Abril/99 – Unicentro / BH, 1999.



_____. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

_____. **Direito e democracia:** entre facticidade e validade. Volume II. 2. ed. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

LUKE, Allan; LUKE, Carmen. Uma perspectiva situada a respeito da globalização cultural. In BURBULES, Nicholas C.; TORRES, Carlos Alberto (Orgs). **Globalização e educação:** perspectivas críticas. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004, p. 181-194.

MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (Orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **Os meios de comunicação na esfera pública:** novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. Líbero - Ano XI - nº. 21 - Jun. 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Os exercícios do ver:** hegemonia audiovisual e ficção televisiva. Tradução Jacob Gorender. São Paulo: Editora Senac, 2001.

MCLAREN, Peter; FARAHMANDPUR, Ramin. **Pedagogia revolucionária na globalização.** Tradução Marcia Moraes. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MORAES, Dênis de. **O capital da mídia na lógica da globalização.** Ciberlegenda Número 6, 2001. Disponível em < <http://www.uff.br/mestcii/denis8.htm>> Acessado em 14 de junho de 2010.

MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio Roger; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária:** o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. Tradução Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

OROZCO-GÓMEZ, Guillermo. **Televisión y audiencias:** un enfoque cualitativo. Madrid: Ediciones De La Torre, 1996.

OROZCO-GÓMEZ, Guillermo. **Televisión, audiencias y educación.** Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2001.

PETERS, Michael; MARSHALL, James; FITZSIMONS Patrick. Gerencialismo e política educacional em um contexto global: Foucault, neoliberalismo e a doutrina da auto-administração. In BURBULES, Nicholas C.; TORRES, Carlos Alberto (Orgs). **Globalização e educação:** perspectivas críticas. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004, p. 77-90.

RINCÓN, Omar. **Televisão pública:** do consumidor ao cidadão. Tradução Dolores Montero e Maria Carbajal. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002.

SACRISTÁN, Gimeno, J. **Educar e conviver na cultura global.** As exigências da cidadania. Porto Alegre: Artmed, 2002.



SARTORI, Giovanni. **Homo videns**: televisão e pós-pensamento. Tradução Antonio Angonese. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA NETO, Wilson Levy Braga da. **As relações entre esfera pública e democracia no pensamento de Jürgen Habermas**. Revista Direito, Estado e Sociedade n.32, p. 219 a 238, jan./jun., 2008.

TAVARES, Olga Maria. **A TV pública digital e a convergência comunitária**. ECO-Pós, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p. 98-109.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. 7. ed. Tradução Elia Ferreira Edel. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002.

WOLTON, Dominique. **As contradições do espaço público mediatizado**. Revista de Comunicação e Linguagens, n. 21-22, p.167-188, 1995.